



**DOSSIÊ TEMÁTICO:**

***A ÁFRICA SUBSAARIANA FRENTE ÀS MUDANÇAS CLIMÁTICAS***

**Artigo**



**REFUGIADOS AMBIENTAIS NA PROVÍNCIA DE GAZA: UM ESTUDO DE CASO DE MULHERES E CRIANÇAS NO DISTRITO DO CHÓKWÈ**

**ENVIRONMENTAL REFUGEES IN THE PROVINCE OF GAZA: A CASE STUDY OF WOMEN AND CHILDREN IN THE DISTRICT OF CHÓKWÈ**

**RÉFUGIÉS ENVIRONNEMENTAUX DANS LA PROVINCE DE GAZA: L'ÉTUDE DE CAS DE FEMMES ET LES ENFANTS DANS LE DISTRICT DE CHÓKWÈ**

41

*Por Orlando Eduardo Chongo*

Chongo, Orlando  
Mestrando em População e Desenvolvimento  
na Universidade Eduardo Mondlane (UEM),  
Maputo, Moçambique.  
chongoorlando@gmail.com

**Como Citar**

CHONGO, O. E (2022). Refugiados ambientais na província de Gaza: um estudo de caso de mulheres e crianças no distrito do Chókwè. **Boletim GeoÁfrica**, v.1, n. 1, p. 41-61, jan-mar 2022

Submetido: 08/02/2022  
Aceite: 07/03/2022



**RESUMO.** A ocorrência de fenómenos naturais adversos num ambiente de vulnerabilidade, sempre constituiu um catalisador para a mobilidade das pessoas das áreas inseguras para as seguras. O estudo é qualitativo, baseia-se em entrevistas estruturadas e grupos de discussão e avalia a situação das mulheres chefes de agregados familiares e suas crianças como refugiadas ambientais no Distrito do Chókwè. Os resultados apontam que a baixa frequência escolar; habitação precária; dependência total da agricultura como actividade de sustento e de geração de renda, constituem alguns aspectos de vulnerabilidade à efeitos de desastres naturais nas mulheres chefes de agregados familiares daquele Distrito. Nos centros de acomodação as fracas condições socioeconómicas da mulher chefe de agregado familiar, além de resultarem no acesso limitado aos serviços de saúde, o que contribui para o surgimento de doenças entre mulheres e consequente perda de vida devido a carência na alimentação, estas são expostas à prostituição, pois a ajuda alimentar que é prestada é maioritariamente gerida por homens. A generalização das informações que constam dos relatórios, oculta que os impactos de cheias sejam sentidos fundamentalmente por este grupo-alvo. Assim há necessidade de pesquisas no Distrito que apontem os efeitos das cheias, considerando a condição dos mais vulneráveis.

**Palavras-chaves:** Refugiados ambientais. Desastres naturais. Chókwè. Moçambique

**ABSTRACT.** The occurrence of adverse natural phenomena in an environment of vulnerability, has always been a catalyst for the mobility of people from unsafe to safe areas. The study is qualitative, based on structured interviews and focus groups, and assesses the situation of female household heads and their children as environmental refugees in the District of Chókwè. The results indicate that low school attendance; precarious housing; total dependence on agriculture as a livelihood and income generation activity constitute some aspects of vulnerability to the effects of natural disasters among female heads of households in that District. In the accommodation centers, the poor socioeconomic conditions of the female heads of households not only result in limited access to health services, which contributes to the emergence of diseases among women and consequent loss of life due to lack of food, but they are also exposed to prostitution, since the food aid that is provided is mostly managed by men. The generalization of the information in the reports hides the fact that the impacts of flooding are felt primarily by this target group. Thus there is a need for research in the District that points out the effects of floods, considering the condition of the most vulnerable.

**Key words:** Environmental refugees. Natural disasters. Chókwè. Mozambique

**RÉSUMÉ.** L'apparition de phénomènes naturels fatals dans un environnement de vulnérabilité constitue un activateur pour la mobilité des gens de zones dangereuses vers des zones sûres. L'étude est qualitative, basée sur des entretiens structurés et des groupes de discussion et elle évalue la situation des femmes chefs de famille et de leurs enfants en tant que réfugiés environnementaux dans le district de Chókwè. Le résultat indique que la faible fréquentation scolaire ; le logement précaire; la dépendance en agriculture comme moyen de survie et générateur de revenu cela constitue des aspects de la vulnérabilité aux effets des catastrophes naturelles sur elles. Dans les centres d'hébergement, les mauvaises conditions socio-économiques, en plus d'avoir pour conséquence un accès limité aux services de santé, ce qui contribue à l'apparition de maladies chez elles et la perte de vie qui en résulte par manque de nourriture, elles sont exposées à la prostitution, car l'aide alimentaire est souvent gérée par des hommes. La généralisation d'information dans les rapports cache que l'impact des inondations soit surtout ressenti par celles-ci. Alors, il y a un besoin des études dans qui montrent les effets des inondations en tenant compte la condition des plus vulnérables.

**Mots clés :** Réfugiés environnementaux. Désastres naturels. Chokwé. Mozambique



## REFUGIADOS AMBIENTAIS NA PROVÍNCIA DE GAZA: UM ESTUDO DE CASO DE MULHERES E CRIANÇAS NO DISTRITO DO CHÓKWÈ

### INTRODUÇÃO

Autores como Licco (2013) e Guerra (2018) afirmam que o fenómeno migratório como consequência dos desastres naturais não é recente. Ao longo da história da humanidade, a ocorrência de fenómenos naturais adversos num ambiente de vulnerabilidade sócio económica, política e cultural das comunidades/países, constituiu sempre um catalisador para a migração das pessoas das áreas inseguras para as seguras. Para Christie e Hanlon (2001); Ministério para a Coordenação da Acção Ambiental (2005) e Artur e Hilhorst (2011) os Ciclones Eline, Gloria e Hudah que resultaram em chuvas fortes que provocaram inundações e cheias devastadoras no início de 2000, a seca de 1994-95 que afectaram milhares de pessoas no Sul e Centro de Moçambique são as provas inequívocas desta constatação.

Decorrente das cheias que se traduzem em desastres naturais no Distrito de Chókwè, as mulheres e crianças, além de perderem a sua fonte de sustento e habitação, este último que faz com que durante o desastre elas fiquem em cima dos telhados das casas e das árvores, e quando saem antes do desastre ou resgatada, as mesmas são alojadas em Centros de Acolhimento Temporários, com carência de alimentação<sup>1</sup>, higiene, saneamento e saúde, não obstante a inobservância da sua fragilidade (ONU NEWS, 2013 e RTP, 2013). Apesar da existência de vários actores à nível distrital, nomeadamente, Comités Locais de Gestão de Calamidades, Organizações Governamentais, através dos Serviços de Planeamento e Infraestruturas e Não-governamentais - Delegação da Cruz Vermelha de Moçambique, responsáveis pela redução de riscos de desastres no Distrito de Chókwè, estudos de alguns autores, como Pereira, Sambo e Chaimite (2013) que se

---

<sup>1</sup> Muitas crianças em áreas afectadas por calamidades naturais não têm acesso aos alimentos nutritivos de que precisam para seu desenvolvimento saudável.



debruçaram sobre as cheias no distrito Chókwè, pouco se sabe sobre a verdadeira situação das mulheres e crianças como refugiadas ambientais no distrito. Este facto é aliado à dificuldade em

encontrar estudos sobre a matéria nas bibliotecas físicas e virtuais, o que dificulta o entendimento do processo de redução de riscos de desastres naturais neste grupo-alvo, o que permite que prevaleçam perdas de bens e de vidas humanas causadas por eventos extremos. Face ao exposto, e tendo em conta que os impactos dos desastres não são igualmente distribuídos entre todas as pessoas das comunidades, neste estudo discute-se as condições estruturais e não estruturais em que as mulheres chefes de agregados familiares e suas crianças se encontram como refugiados ambientais no Distrito de Chókwè.

## **METODOLOGIA**

A pesquisa baseou-se em dados e informações primários recolhidos directamente na área de estudo pelo autor, e secundários obtidos por meio da revisão bibliográfica. Trata-se de dados e informações sobre migrações, em específico, aquela que tem referência sobre refugiados ambientais, deslocamentos forçados, desastres naturais e risco de desastres.

Com relação aos dados primários, estes foram colhidos com base na administração de entrevistas semi-estruturadas e na forma de grupos de discussão. As entrevistas foram conduzidas junto dos gestores públicos e de instituições humanitárias que actuam na área de redução de riscos de desastres, ao passo que, os grupos de discussão, foram administrados à mulheres chefes de agregados que tenham sido assolados por cheias de 2000 ou 2013, com o intuito de obter informações referentes a frequência das cheias nas comunidades de Macarretane; Lionde; Conhane; Chiguidela e Chilembene; Impacto das cheias nas comunidades ora referidas; experiência da sua estadia nos Centros de Acolhimento Temporários/Reassentamentos e com entidades responsáveis pela protecção de pessoas vulneráveis; e redução de riscos de desastres naturais participação da mulher chefe de agregado familiar e suas crianças. Quanto aos dados secundários, foram obtidos de relatórios técnicos elaborados por instituições públicas (Administração Regional das Aguas do SUL; Instituto Nacional de Redução de Riscos de



Desastres, Ministério para a Coordenação da Acção Ambiental Actual Ministério da Terra e Ambiente, entre outras) e agências nacionais e internacionais (Cruz Vermelha de Moçambique,

Alto Comissariado da ONU para Refugiados, Fundo das Nações Unidas para População etc....) especializadas em matérias de gestão de calamidades.

## MIGRAÇÕES EM MOÇAMBIQUE

O movimento migratório em Moçambique não é recente. Raimundo e Raimundo (2015) salientam que não obstante este fenómeno remontar desde o período da migração Bantu fazia parte da rota comercial entre a costa oriental de África e o Golfo Pérsico e a Índia percorrida pelos árabes que se dedicavam ao comércio. Este fenómeno está enraizado com o passado histórico dos povos que actualmente fazem parte do território moçambicano (as migrações dos povos bantu saídos da África Central).

As migrações bantus correspondem a um grupo de pessoas provenientes da região central e ocidental de África que abandonaram a região e se dirigiram para o sul do continente. Estas migrações foram motivadas pelo controlo dos recursos naturais, principalmente solos e água, pois a disputa foi de tal forma intensa que os povos foram se dispersando, ou porque eram expulsos pelos mais fortes, ou porque não conseguiam resistir a grande concorrência. Tanto a expansão do povo Bantu, quanto a contra-corrente de Soshangane assim como dos povos falantes da língua *Swahili* para o sul de África resultaram na difusão da língua, pela mistura de diferentes povos em pequenas ou grandes comunidades, situadas em novos espaços geográficos (RAIMUNDO, & RAIMUNDO, 2015).

Para Raimundo (2009a, 2011) citado por Patrício (2016) os movimentos migratórios em Moçambique são características preponderantes das populações locais, assentes nos condicionalismos sociais, económicos e políticos resultantes da descolonização, oportunidades de emprego e de formação, conflitos internos, cooperação internacional e desastres naturais. Após a independência nacional em 1975, mais do que os impactos climáticos e ambientais (cheias, inundações, ciclones e secas), as imperfeições das políticas socialistas traçadas pelo Estado



moçambicano (ex. Criação de Cooperativas, Operação Produção, campos de reeducação, projectos modernizadores, como as aldeias comunais), a guerra civil que durou 16 anos e as incursões

armadas da África do Sul e ex-Rodésia (Zimbabwe), constituíram um catalisador para o movimento das populações dentro das fronteiras internas e internacionais (FEIJÓ, 2018; PATRÍCIO, 2016 e MUANAMOHA & RAIMUNDO, 2018).

Araújo (2003) e Patrício (2016) lembram que a ocorrência de factores conjunturais adversos, como a guerra civil, calamidades naturais, os desequilíbrios do *modus vivendi* económico e o desenvolvimento social da população urbana em relação à população rural, não só criou assimetrias entre o campo e a cidade, através da alteração do desenvolvimento normal da distribuição territorial da população a partir dos centros urbanos, como também permitiu que se assistisse um aumento considerável de fluxos humanos oriundos do meio rural para o meio urbano. Ao contrário do que sucedeu no período anterior, descrito por Araújo (2003) e Patrício (2016) cuja migração envolveu a maior parte dos camponeses para as cidades, de acordo com Patrício (2016) e Feijó (2018), actualmente uma nova onda de migração sucedeu em Moçambique. Esta nova forma de mobilidade envolve vários segmentos da sociedade – indivíduos (incluindo quadros qualificados das Universidades, Ministérios e Institutos de Investigação), famílias inteiras e mesmo grupos – são complexos e manifesta-se através de investimentos à escala nacional, por exemplo, nos corredores de desenvolvimento de Maputo, Beira e Nacala, e na presença de multinacionais europeias, asiáticas, norte americanas e da América do Sul – que se dedicam à exploração de recursos naturais.

Independentemente de a literatura sobre migrações mostrar que existe multiplicidade de factores que condicionam a migração em Moçambique, Raimundo (2009) no seu artigo sobre “Mobilidade da população, pobreza e feitiçaria no meio rural de Moçambique”, revela que a migração e a mobilidade em Moçambique variam de acordo com alguns factores como a localização regional, perfis histórico, económico e ambiental, realizando-se “em forma de trabalho migratório, movimentos pendulares e circulação de pessoas e bens entre fronteiras regionais – comércio transfronteiriço” (RAIMUNDO, 2009a: 15).



## UMA BREVE ABORDAGEM SOBRE O TERMO REFUGIADOS AMBIENTAIS

Embora a mobilidade da população por motivos ambientais não ser um fenómeno recente, e autores como Vogt; Black; Brown e Gemenne já se terem debruçado sobre o assunto, na perspectiva de Ramos (2011), na literatura ainda não existe um consenso sobre a expressão ou termo mais adequado e representativo para descrever o fenómeno. A divergência na nomenclatura a ser utilizada para denominar as pessoas envolvidas nas migrações induzidas por causas ambientais, fica mais saliente quando Organizações Governamentais e não-governamentais, pesquisadores e escolas de pensamento que lidam com a redução de riscos de desastres naturais, usam vários termos (refugiados climáticos; migrantes ambientalmente forçados; migrantes ambientalmente induzidos, deslocados ambientais, etc.) para se expressar sobre o mesmo assunto, etc. CLARO, 2018 & RAMOS, 2011).

Sob a perspectiva dos organismos internacionais de migração, nomeadamente do Alto Comissariado da ONU para Refugiados (ACNUR) e da Organização Internacional para as Migrações (OIM), as terminologias utilizadas para os “refugiados ambientais” são: (i) pessoas deslocadas no contexto da mudança climática e (ii) migrante ambiental, respectivamente (UNHCR apud CLARO, 2018: 76-77).

Embora o termo “refugiados ambientais” na literatura sobre Migrações tenha sido tratado desde 1948 por Vogt quando referia-se aos “refugiados ecológicos”, foi na publicação de 1985 para o então Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), hoje ONU Meio Ambiente, que Essam El-Hinnawi conceituou pela primeira vez o termo Refugiados Ambientais como sendo “todas as pessoas deslocadas podendo ser descritas como refugiados ambientais, dado que foram forçadas a sair de seu habitat original ou saíram voluntariamente para se protegerem de danos e/ou para buscar uma maior qualidade de vida” (EL-HINNAWI, 1985: 3).

Para a presente pesquisa considera-se refugiado ambiental como sendo pessoas ou grupos de indivíduos que, por razões imperiosas de mudanças súbitas ou progressivas no ambiente que adversamente afectam suas vidas ou condições, são obrigadas a deixar suas residências habituais/comunidade, ou escolher fazê-lo, seja temporária ou permanentemente (reassentamento), e que se mudam dentro do seu distrito/província/país.



## DISCUSSÃO DE RESULTADOS

Estes resultados são baseados nas respostas obtidas através das Entrevistas semi-estruturadas e na forma de Grupos de Discussão sobre: (I) Frequência de cheias, secas e ventos fortes nas comunidades do Distrito de Chókwè; (II) Percepções de risco de cheias no Distrito de Chókwè; (III) Centros de acolhimento temporário e Impacto das Cheias; (IV) Participação comunitária no processo de redução de riscos de desastres naturais; e (VI) Resposta local à desastres naturais. Recorreu-se à literatura não só para confrontar a realidade encontrada no local de estudo bem como responder à questões que colocam a mulher e criança como principal vítima de desastres naturais no Distrito de Chókwè.

De entre as profissões desempenhadas pelas mulheres chefes de agregados familiares, residentes nas áreas de risco e de reassentamento no distrito de Chókwè, destaca-se a agricultura, comércio e domésticas (estas últimas foram consideradas por serem portadoras de deficiência física). Sobre a agricultura como actividade principal, a maioria das mulheres chefes de agregados familiares participantes das entrevistas na forma de grupos de discussão nas zonas de reassentamento dedicam-se à agricultura de Sequeiro, ao passo que, a minoria delas obtém o seu sustento através da agricultura nas Terras húmidas (ricas em nutrientes trazidos pelas cheias) entre o Rio Limpopo e o Regadio do Limpopo. Em contrapartida, nas Zonas Inseguras, isto é, vulneráveis às cheias, a maioria desenvolve a agricultura de irrigação e em menor número praticam a agricultura nas Terras húmidas entre o Rio Limpopo e o Regadio do mesmo nome. Para testemunhar este facto, algumas das mulheres chefes de agregados familiares nas zonas de risco e seguras afirmaram o seguinte:

“Posso afirmar categoricamente que a maioria das mulheres chefes de agregados familiares desta comunidade que fixaram as suas residências após as cheias de 2000 e 2013, praticam a agricultura de sequeiro, pois as Terras húmidas entre o Rio Limpopo e o Regadio do mesmo nome foram ocupadas pelos nativos” (Participante do grupo de discussão em Mapapa, Chókwè, 21 de Dezembro de 2020).





Para reduzir/eliminar o risco de cheias que provocam desastres Lorenzetti (2013) afirma que, as pessoas vivendo perto dos rios devem ser reassentadas, entretanto apenas 40% da população recentemente deslocada está a viver permanentemente nas zonas de reassentamento alocadas pelo Governo, isto deve-se ao facto de a maior parte da terra alocada não apresentar infra-estruturas nem serviços, daí que as famílias têm tendência de regressar para as suas zonas de origem que são propensas aos desastres. Sobre o retorno às áreas de origem, uma participante do grupo de discussão partilhou o seguinte:

“Senhor conforme você vê a única coisa que temos em abundância são as machambas que se localizam nas Terras húmidas entre o Rio Limpopo e abrangidas pelo Regadio que herdamos dos nossos familiares (...) começar a vida noutra local seria um grande sacrifício, pois além de trabalhar a terra, nada podemos ou sabemos para garantir o nosso sustento e dos nossos dependentes”. (Participante do grupo de discussão em Macarretane, Chókwè, 09 de Dezembro de 2020).

Os depoimentos dos participantes dos grupos de discussão mostram que além dos aspectos levantados por Lorenzetti (2013), a mobilidade que em parte culmina com o reassentamento deste grupo-alvo apresenta outros contornos, por uma razão, por que as mulheres em causa a sua maioria pratica a agricultura de irrigação ou em terras húmidas entre o canal e o Rio Limpopo, e por outra, o local onde são reassentadas pratica-se a agricultura de sequeiro. Outro aspecto constatado reside no facto da maioria das mulheres chefes de agregados familiares entrevistadas, que residem nas áreas vulneráveis à cheias terem na agricultura como actividade de geração de renda (para comprar material escolar para os filhos, roupa entre outras coisas), pois, além de trabalharem nas suas machambas também fazem biscates<sup>2</sup> nos campos agrícolas dos pequenos e médios agricultores.

Neste caso, o argumento da instituição que lida com desastres em Moçambique (Instituto Nacional de Redução de Riscos de Desastres-INGD) de que o reassentamento é a única forma que pode reduzir os refugiados ambientais é colocado em causa, pois não se pode olhar apenas a segurança do espaço (que não é afectado pelas inundações), mas também a forma como os visados

---

<sup>2</sup> Palavra usada pelos participantes para denominar trabalhos sazonais.



produzem o sustento para si e para os seus dependentes, pois segundo Kerkhof (2016:12) “a deslocação para as terras seguras poderá significar a diversificação (agrícola<sup>3</sup>/rural<sup>4</sup>) dos seus meios de subsistência e obter novas habilidades”.

A constatação da Kerkhof (2016) torna-se difícil tendo em conta que maior parte dos participantes possui uma baixa frequência escolar, isto é, o nível de escolaridade é baixo (Num total de 46 participantes, divididos em seis grupos nenhuma tinha frequentado o nível médio geral ou profissional), o que constitui um entrave para candidatar-se a um emprego formal nas zonas de reassentamento.

Outro aspecto relevante é destacado pelo Governo do Distrito de Chókwè (2012) que está associado a deficiência no seguimento das cadeias de fornecimento (*supply chain*)<sup>5</sup> dos seus produtos agropecuários, o que faz com que grande parte desses produtos sejam comercializados em bruto, desperdiçando-se desta forma a possibilidade de processamento dos mesmos nas zonas seguras, o que representaria uma fonte de criação de emprego e geração de renda. Esta é a razão pela qual no estudo da Kerkhof (2016) a maioria das pessoas que se mudam são compostas por idosos, pois estes consideram-se velhos demais para recuperar um outro período de cheias. O nível de escolaridade baixo e ausência de uma formação profissional das participantes dos grupos de discussão pode ser confirmado a partir de seguintes vozes dos participantes: “Senhor não te posso mentir, eu estudei até 3<sup>a</sup> Classe” (Participante do Grupo Focal de discussão em Chiguidela, Chókwè, 14 de Dezembro de 2020).

Devido à razões apresentadas nos parágrafos anteriores e pelo facto da mulher chefe de agregado familiar e suas crianças apresentarem uma mobilidade restrita e empregos sazonais mal remunerados, entre outras, esta continuará a ser a que mais sofre em decorrência de desastres

---

<sup>3</sup> A diversificação agrícola refere-se à implantação de duas ou mais actividades agropecuárias em uma propriedade rural; por exemplo, uma propriedade que produza café, milho, leite e crie suínos é considerada uma propriedade “agricolamente” diversificada (SIMÃO, 2005).

<sup>4</sup> A diversificação rural refere-se à implantação simultânea de actividades agrícolas e não-agrícolas em uma propriedade, configurando-se por meio de um mercado relativamente indiferenciado, que combina desde a prestação de serviços manuais até o emprego temporário nas indústrias tradicionais (agroindústria, têxtil, etc.) ou pela da combinação de actividades urbanas do sector terciário com o conjunto das actividades agropecuárias (SIMÃO, 2005).

<sup>5</sup> Mentzer et al. (2001) *describes the supply chain as: 1the processes from the initial raw materials to the ultimate consumption of the finished product linking across supplier-user companies; and 2the functions within and outside a company that enable the value chain to make products and provide services to the customer.*



naturais, pois mesmo sendo reassentada ou passando pelos centros de acolhimento temporário sempre regressará ao seu local de residência habitual, fazendo com que os esforços contínuos do Governo e seus parceiros na mobilização dos cidadãos e comunidades e no reforço e consolidação da capacidade multisectorial para enfrentar os desafios impostos pelas calamidades naturais sejam inutilizados (MONTEIRO, CALENGO e MAVUME, 2012)

Assim sendo, no caso do distrito de Chókwè é urgente e pontual reforçar as medidas estruturais e não-estruturais<sup>6</sup> de preparação dos seus cidadãos sobretudo mulheres e crianças, infraestruturas, para de forma eficiente e eficaz reduzirem os riscos de cheias, pois estas segundo Machado e Poleza (2017) são eventos que não podem ser evitados, porém pode haver uma melhor adaptação às suas ocorrências, minimizando os impactos causados por sua passagem por regiões susceptíveis a elas.

### **Frequência de cheias, secas e ventos fortes na área de estudo**

51

Os participantes dos grupos de discussão e entrevista nas comunidades de Macarretane; Matuba; Lionde; Conhane; Chilembene; Chiguidela; Hókwè; Mapapa; e Chiaquelane, referem que as cheias de 1977, 2000, 2012 e 2013 foram as mais catastróficas. Sobre a seca, afirmaram que apesar do distrito de Chókwè ser uma zona propensa às cheias também há ocorrência de seca, sendo de destacar a de 1983 e 2016. Em relação aos ventos fortes, informaram que apesar de ocorrerem no distrito os mesmos não têm tido impacto como a seca e a cheia. A voz de uma participante de Matuba é a aprova desta assunção:

---

<sup>6</sup> Medidas estruturais são aquelas que envolvem obras de engenharias que geralmente são de alto custo como construção de uma Macarretane, por exemplo. Já as medidas não estruturais relacionam-se com intervenções diversificadas, ao nível da participação de várias entidades (órgãos de gestão municipal, populações residentes em áreas de risco, etc.), utilizando-se instrumentos de carácter institucional e regulamentar, nomeadamente, regulamentos de zoneamento e de construção, assim como o planeamento integrado das bacias hidrográficas (SARAIVA, 1993; BERTONI e TUCCIM, 2003 & AMARAL, SANTORO e TOMINAGA, 2009).



Tem havido ventos fortes aqui em Matuba que têm derrubado árvores, os tectos das casas e a seca que destrói a nossa produção e as vezes ambos resultam em perdas de vidas de humanas e de gado (principalmente o bovino em 2017), mas o seu impacto é insignificante comparado com o resultado das cheias (Participante do grupo de discussão em Matuba, Chókwè, 16 de Dezembro de 2020).

Apesar de terem ocorridos vários eventos de cheias (15 eventos desde 1955) no distrito de Chókwè, as respostas das entrevistas e grupos de discussão revelam quatro eventos. As cheias de 1977, 2000 e 2013 são as mais apontadas pelas comunidades, por um lado pelo facto destas terem sido mais catastróficas em relação as outras e por outro lado por terem sido os que ouviram falar ou presenciaram. Esta afirmação pode ser confirmada com a seguinte declaração: (...) “Estas cheias são as que vivenciamos embora os nossos avós tenham nos informados que há muito tempo houve cheias de grande magnitude” (Participante do grupo de discussão em Chilembene, Chókwè, 07 de Dezembro de 2020). A partir da informação sobre cheias que ocorreram no distrito de Chókwè, facilmente chega-se a conclusão de que aqueles eventos que se traduzem em desastres são um assunto recente.

Constituem factores que contribuem para a vulnerabilidade na área de estudo os seguintes: precipitações intensas à montante, a hipsometria do território, com extensas planícies pouco elevadas em relação aos rios que as atravessam, os elevados caudais de cheias provenientes dos países vizinhos, em bacias hidrográficas partilhadas, e as alterações do coberto vegetal e do uso do solo (DNA, 2013). Segundo o DNA (2013) as cheias/inundações também têm impactos na estrutura social das comunidades afectadas, nomeadamente perdas de familiares, elevado número de pessoas deslocadas e que posteriormente parte delas são reassentadas em novas zonas consideradas seguras, destruição total/parcial das habitações, comunicações, interrupção de serviços públicos diversos, como os de energia, saúde, educação, e perdas de bens e investimentos pessoais, entre outros. Relativamente aos impactos em infra-estruturas, praticamente todas as cheias acabam tendo um certo nível de impacto sendo as mais afectadas as estradas e pontes, linhas



férricas e estruturas hidráulicas de atravessamento de linhas de drenagem, diques, pequenas barragens, regadios e seus equipamentos, estações hidrométricas, e edifícios públicos e privados.

As inundações de 2013 que afectaram o distrito de Chókwè além de alterarem/interromperem a vida normal das pessoas também resultaram em perdas de vidas humanas e materiais, conforme apresenta o quadro n.º. 1, a seguir:

Quadro n.º. 1. Impacto das cheias de 2013 no distrito de Chókwè

P.A do distrito de Chókwè	Óbitos	Feridos	Casas			Salas de aulas	Uni. San.	Latrinas Dest.	Armazéns	Barracas	Casas de culto
			Parc. Des.	Total des.	Inundadas						
Cidade de Chókwè	9	0	5.386	1.384	11.963	0	3	12.967	19	1.872	59
P.A.Lionde	0	0	3.951	857	7.281	8	3	9.295	5	852	27
P.A.Macarretane	6	0	1.195	527	4.927	15	2	4.321	3	589	19
P.A. Chilembene	1	0	2.749	729	8.517	20	6	10.113	8	984	35
<b>Total</b>	<b>16</b>	<b>0</b>	<b>13.281</b>	<b>3.497</b>	<b>32.688</b>	<b>43</b>	<b>14</b>	<b>36.696</b>	<b>35</b>	<b>4.297</b>	<b>140</b>

Fonte: Governo do distrito de Chókwè (2013)

A forma genérica com que são apresentados os dados sobre impacto das cheias por DNA (2013), Governo do distrito de Chókwè (2013), Manjoro, Rosse e Ferreira, (2020) invisibiliza a especificidade dos efeitos da tragédia para grupos de indivíduos vulneráveis como é o caso das mulheres e crianças refugiados ambientais no distrito de Chókwè. O mais agravante ainda segundo Fragoso, Gehlen e Silva (2012) é a falta de atenção por parte das autoridades e a carência de estudos que reconheçam as diferenças de género em relação às situações de desastres naturais, pois que não é considerada pelas instituições e órgãos competentes do Estado a dimensão de género nos registos sobre os impactos negativos dos desastres naturais, o que torna mais difícil visibilizar as situações de riscos vivenciadas pelas mulheres muito menos planificar e implementar políticas públicas que possam, minimamente, atenuar sua exposição aos desastres.



## PERCEPÇÕES DE RISCO DE CHEIAS NO DISTRITO DE CHÓKWÈ

Segundo Lima (2005) a percepção de risco constitui a forma como os não especialistas pensam no risco, referindo-se à avaliação subjectiva do grau de ameaça potencial de um determinado acontecimento ou actividades. Os não especialistas ou público geral, por vezes, têm um défice de informação sobre os riscos/perigos/ameaças iminentes, porém, a sua conceptualização básica de risco pode ser muito mais rica que a dos especialistas e reflecte preocupações legítimas que são frequentemente omitidas pelas avaliações de risco feitas pelos técnicos.

Recuperando a abordagem de Tavares et al. (2011) e Moura (2011) quando afirmam que a relação entre a percepção de risco, a tomada de decisão e a adopção de estratégias de mitigação não é directa, uma vez que, é condicionada pelas crenças fatalista diante de situações de risco ou de catástrofe, experiências pessoais ou colectivas ao evento, a comunicação, nível de conhecimento ou de acesso à informação e as expectativas futuras, confirmadas pelas falas dos intervenientes de grupos de discussão.

Nas cheias de 2000 havia pouca informação ao nível da comunidade sobre cheias de grande magnitude, nem as autoridades comunitárias falavam tanto sobre cheias o quanto falam agora (Participante do grupo de discussão em Conhane, Chókwè, 18 de Dezembro de 2020).

As cheias aqui na nossa comunidade são provocadas pela água que sai do rio Limpopo. (...) O seu poder destrutivo é conhecido por todos, desde a destruição dos bens materiais até à morte de nossos familiares e vizinhos (Participante do grupo de discussão em Macarretane, Chókwè, 09 de Dezembro de 2020).

As nossas crianças também têm conhecimento sobre as causas das cheias e o seu impacto só não podem explicar da mesma forma que estamos a expor, pois eles ainda são novos. Caso queira confirmar pergunta se não perderam algum brinquedo, uniforme, ou caderno decorrente delas e terá a resposta? (Participante do grupo de discussão em Hókwè, Chókwè, 18 de Dezembro de 2020)



Estas cheias geralmente acontecem no período chuvoso, precisamente nos meses de Janeiro, Fevereiro e Março (Participante do grupo de discussão em Chiguidela, Chókwè, 14 de Dezembro de 2020).

As experiências narradas pelos participantes dos grupos de discussão de diferentes comunidades que fazem parte da área de estudo, além de mostrarem a conceptualização básica de risco com base em imagens e crenças e em alguma experiência anterior, também deixam evidente que antes de 2000 e 2013 não houve ocorrência de cheias de grande magnitude, daí que há mudanças notáveis quanto à periodicidade de ocorrência de cheias assim como o nível de destruição (TAVARES et al. 2011, MOURA, 2011 e AMARAL, 2018)

### **Centros de acolhimento temporário e Impacto das Cheias**

Os depoimentos dos participantes dos Grupos de discussão de Macarretane, Lionde, Conhane, Hókwè, Chilembene, Chiguidela, Mapapa e Chiaquelane afirmaram que conhecem e já estiveram abrigados nos centros de acolhimento temporário, excepto os membros da comunidade de Matuba. Segundo eles, refere-se de lugares com as seguintes características: Trata-se de um lugar com um aglomerado de pessoas, onde mulheres, homens e crianças partilham o mesmo espaço; Devido ao número elevado de pessoas e com escassez de água, verifica-se problemas sérios de higiene e saneamento e facilmente eclodem doenças como cólera e malária, que têm causado mortes aos refugiados e a população local; Tendo em conta a incapacidade do Governo e dos seus parceiros em disponibilizar tendas para abrigar todos refugiados, algumas pessoas vivem em baixo das árvores (cajeeiro, canhoeiro, mafurreiras, entres outras), incorrendo o risco de molhar com a chuva; Uma vez perdidos os seus mantimentos e utensílios, o governo de Moçambique, ONGs, sociedade Civil e organizações humanitárias fazem doações de comida, roupa, utensílios entre outras coisas; e estas doações são maioritariamente geridas por homens, como se lê no trecho seguinte:

Aqui não há crianças para não falarmos dessa questão que tanto nos apoquentam, as mesmas árvores de mafurreira e cajueiro que servem de abrigo para refugiados, na calada da noite são



locais para algumas mulheres se prostituírem para terem dinheiro para comprar comida para alimentar os seus dependentes (Participante do Grupo de discussão, Chiaquelane, Chókwè, 21 de Dezembro de 2020).

A descrição apresentada, assim como as duas transcrições que constam do paragrafo precedente à respeito dos centros de acomodação temporários, mostram que a sua precariedade aliada às fracas condições socioeconómicas do grupo alvo deste estudo além de resultarem no acesso limitado aos serviços de saúde, o que contribuem para aumentar o número de doenças entre elas, o índice de abortos e a mortalidade materna e infantil, devido a carência na alimentação a mulher chefe de agregado familiar sofre assédio sexual e expõe-se à prostituição, pois a ajuda que é prestada aos afectados pelas cheias é na sua maioria gerida e controlada por homens, excluindo-se assim as mulheres, suas necessidades, competências e experiências para contribuir com essas actividades, o que podia minimizar a exposição ora referida.

56

### **Participação comunitária no processo de redução de riscos de desastres naturais**

De acordo com os participantes das entrevistas semi-estruturadas as comunidades no distrito de Chókwè participam no processo de redução de riscos de desastres naturais através dos comités Locais de Gestão de riscos de calamidades-CLGRC<sup>7</sup>. Ainda que as tarefas dos membros dos CLGRC, mostrem envolvimento activo das comunidades na RRD, para as mulheres chefes de agregados familiares e suas crianças das comunidades do distrito, a sua participação no processo de redução de riscos de desastres naturais é passiva, pois elas são apenas receptora das informações difundidas pelos líderes comunitários: “Quando somos comunicados sobre ventos fortes e cheias

---

<sup>7</sup> Para Artur & Maia (2008) e Guerrero & Zelada, (2009) o CLGRC é um grupo de pessoas (de 12 a 18 pessoas) voluntárias da mesma comunidade, com responsabilidades bem definidas de identificar e reduzir as vulnerabilidades e aumentar as capacidades e contenção da sua zona de residência face a fenómenos que podem criar calamidades, envolvendo os líderes e as autoridades locais (distritais e comunitárias).





ficamos em casa ou dirigimo-nos nas zonas de reassentamento ou acolhimento” (Participante do Grupo de discussão Chókwè, Dezembro de 2020).

Como forma de contrapor esta passividade deve haver mais envolvimento do grupo-alvo deste estudo e suas crianças no processo de tomada de decisão. Para Valá (1998) e Macucule (2006) este envolvimento será um processo segundo o qual os membros duma determinada comunidade participam de forma activa e organizada na identificação e análise de problemas, propõe soluções, mobilização de recurso e realização de intervenções de desenvolvimento. Constituirá ainda um processo educativo no qual os participantes aumentam os seus conhecimentos e compreensão de vários factores que afectam as suas comunidades, melhorando qualitativamente a sua intervenção na resolução de assuntos que lhes dizem respeito, em função dos seus interesses e aspirações. A participação entendida desta forma permite o aproveitamento pleno do capital social existente através das suas práticas e a identificação de mecanismos concretos locais para solução dos problemas.

## CONCLUSÃO

Em relação ao perfil das mulheres chefes de agregados familiares e refugiadas ambientais no Distrito de Chókwè, o estudo constatou que não obstante a frequência escolar ser baixa ou não ter nenhuma formação profissional, habitação precária, a maioria dispõe de um telefone celular e mesmo as que não dispõem têm acesso à informação através dos vizinhos. Além de terem na agricultura como actividade predominante, as mesmas têm dependência total daquela actividade, pois além de ser actividade que garante o sustento também é tida como de geração de renda. Os dados mostram também que todas apresentam uma situação socioeconómica vulnerável.

Ao que se relaciona com a incidência dos deslocamentos internos das mulheres e crianças do Distrito em estudo, é de destacar que a falta de formação profissional e a dependência total em relação à agricultura pesam para o reassentamento daquele grupo vulnerável e consequente redução de riscos de desastres. Contudo, não se pode olhar apenas a segurança do espaço que não



é afectado pelas inundações, mas também a forma como a mulher chefe de agregado familiar produz o sustento para si e para os seus dependentes, pois a sua mudança de residência para locais seguros poderá significar a diversificação agrícola/rural dos seus meios de subsistência e obtenção de novas habilidades.

As fracas condições socioeconómicas daquele grupo além de resultarem no acesso limitado aos serviços de saúde, o que contribui para aumento do número de doenças e consequente perda de vida, devido a carência na alimentação, a mulher em causa sofre assédio sexual e expõe-se à prostituição, pois a ajuda que é prestada aos afectados pelas cheias é na sua maioria gerida e controlada por homens, excluindo-se assim as mulheres, suas necessidades, competências e experiências para contribuir com essas actividades, o que podia minimizar a exposição ora referida sobretudo nos centros de acolhimento temporário.

A participação da mulher chefe de agregado familiar e suas crianças no processo de redução de riscos de desastres naturais é passiva, pois elas são apenas receptoras das informações difundidas pelos líderes comunitários, daí que há necessidade de fortalecer medidas não estruturais de modo a tornar a mulher chefe de agregado familiar e crianças como actores activos na RRD no distrito de Chókwè.

Outro aspecto não menos importante é a generalização não só dos dados e informações sobre impactos dos desastres naturais que constam nos relatórios dos diferentes actores responsáveis pela RRD no distrito de Chókwè, bem como a actuação dos diferentes actores no RRD o que de certa forma oculta que os impactos de desastres são sentidos fundamentalmente pelo grupo seleccionado, pelo que há necessidade de aprofundamento de pesquisas no Distrito que apontem com precisão a realidade dos efeitos das cheias considerando as especificidades da condição feminina diante desse evento e que contribuam para a incorporação de políticas públicas que venham atender as suas necessidades.



## REFERÊNCIAS

AMARAL, G., **Mudanças ambientais, percepções de risco e estratégia de adaptação aos eventos extremos em Moçambique, Estudo de caso em Machanga**. Tese (Doutorado em Ambiente e Sociedade). Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2018

ARA-SUL. **Relatório da época Chuvosa 2012-13 - Evolução Hidrológica**. Maputo, 2013.

ARAÚJO, M. Os Espaços Urbanos em Moçambique. **Espaço e Tempo**. São Paulo, n. 14, p. 165 – 182, 2003.

ARTUR, L; MAIA, R. **Ensino de gestão de risco de Calamidades: Manual do Professor**. Maputo: Instituto Nacional de Gestão de Calamidades, 2008.

BERTONI, J.; TUCCI, C. **Inundações urbanas na América do Sul**. Porto Alegre: Associação Brasileira.de.Recursos.Hídricos, 2003.

CHRISTIE, F.; HANLON, J. **Mozambique and the Great Flood of 2000**. Londres: Long House Publications, 2001.

CLARO, C. O Conceito de Refugiado Ambiental. In: JUBILUT, L. **Refugiados Ambientais**. Boa Vista: Editora da Universidade Federal de Roraima, 2018.

DIRECÇÃO NACIONAL DE ÁGUAS. **Relatório: Cheia do rio Limpopo Fevereiro – Março 1988**. Maputo: DNA, 1988.

EL-HINNAWI, E. **Environmental refugees**. Nairobi: United Nations Environment Programme-UNEP, 1985.

FEIJÓ, J. Investimentos Económicos, Assimetrias Socioespaciais e Movimentos Migratórios. In: AGY, A. **Movimentos Migratórios para Áreas de Concentração de Grandes Projectos**. Maputo: PubliFix, 2017.

FRAGOSO, M; GEHLEN, V; SILVA, T. Condição das Mulheres Diante das Situações de Desastres Naturais. **Revista Brasileira de Geografia Física**, 2012.

GOVERNO DE MOÇAMBIQUE. **Balanço Final: Apelo de Emergência face às cheias**. Maputo, 2000

GOVERNO DISTRIAL DE CHÓKWÈ. **Relatório Final sobre cheias de 23 de Janeiro**. Chókwè, 2013.



GUERRA, S. Refugiados ambientais no Brasil: uma abordagem a partir do caso do Haiti. **Revista do Programa de Pós-Graduação em Direito da UFC**, 2018.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA. **IV Recenseamento geral da população e habitação 2017: Indicadores Sociodemográficos Distritais - Província de Gaza**. Maputo: NE-Direcção de Estatísticas Demográficas, Vitais e Sociais, 2019.

KERKHOF, L. **Realocação como Estratégia de Adaptação para Inundações Recorrentes na Província de Gaza, Moçambique**. Maputo: OIM Moçambique, 2016.

LICCO, E. Vulnerabilidade social e desastres naturais: uma análise preliminar sobre Petrópolis, Rio de Janeiro. **Revista de Saúde, Meio Ambiente e Sustentabilidade**. São Paulo, 2013.

LIMA, M. Percepção de Riscos Ambientais. In: SOCZKA, L. **Contextos humanos e Psicologia Ambiental**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2005.

LORENZETTI, A. **Relatório famílias hospedeiras análise social das comunidades rurais vivendo em zonas propensas aos desastres na província da Zambézia**. Maputo: Cruz Vermelha Moçambique, 2013.

MACUCULE, A. **Introdução à Gestão Participativa de Recursos Naturais**. Maputo: IUCN, 2006.

MANJORO, A; ROSSE, M; FERREIRA, P. **Desafios de Moçambique Após os Ciclones IDAI e Kenneth**. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa, 2020.

MINISTÉRIO DE COORDENAÇÃO PARA ACÇÃO AMBIENTAL. **Avaliação da Vulnerabilidade as Mudanças Climáticas e Estratégias de Adaptação**. Maputo: MICOA, 2005.

MONTEIRO, O.; MAVUME, A. **Respondendo as mudanças climáticas em Moçambique: Tema 9: Proposta de estratégia nacional para a redução do risco de desastres e de adaptação às mudanças climáticas**. Maputo: INGC, 2012.

MOURA, É. **Percepção de risco em áreas de população vulnerável a desastres naturais do município do Guarujá – SP**. Dissertação Mestrado (Geografia). Campinas: Universidade de Campinas, 2013.

MUANAMOHA, R; RAIMUNDO, I. Migrações Campo-Cidade e Integração no Meio Urbano. In: AGY, A. **Movimentos Migratórios para Áreas de Concentração de Grandes Projectos**. Maputo: PubliFix, 2018.



ONU NEWS. **Situação das cheias em Moçambique acompanhada pela ONU.** Nova Iorque, 2013, <https://news.un.org/pt/story/2013/01/1426961-situacao-dascheias-em-mocambique-acompanhada-pela-onu> (Acesso em Outubro de 2020)

PATRÍCIO, G. Compulsando as migrações internas e internacionais. **Revista InterEspaço.** Grajaú, n. 5, p. 78-101, 2016.

PEREIRA, C; SAMBO, M; CHAIMITE, E. **Cheias em Chókwè: um exemplo de vulnerabilidade.** Maputo: IESE, 2013.

POLEZA, M. **Mudanças na estrutura urbana de Rio do Sul em decorrência das enchentes de 1983.** Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Regional – Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Supervisionado por Beate Frank, Dezembro de 2002, Blumenau, Universidade Regional de Blumenau, Blumenau.

RÁDIO E TELEVISÃO DE PORTUGAL. **Cheias no sul de Moçambique forçam evacuação de Chókwè, em Gaza.** 24 de Janeiro 2013. p.14. [http://www.rtp.pt/rdpafrica/noticiasafrika/cheias-no-sul-de-mocambique-forcam-evacuacao-de-chokwe-em-gaza\\_954](http://www.rtp.pt/rdpafrica/noticiasafrika/cheias-no-sul-de-mocambique-forcam-evacuacao-de-chokwe-em-gaza_954)

RAIMUNDO, I; RAIMUNDO, J. A migração moçambicana na África Austral: Povoamento e formação de famílias transnacionais. In: MÓNICA, A; RITA C; ARIZA C. (org) **Território e circulação: a dinâmica contraditória.** São Paulo (Brasil). Annablume Editora. 2015.

RAIMUNDO, I. Mobilidade da população, pobreza e feitiçaria no meio rural de Moçambique. **Revista Científica Inter-Universitária Economia, Política e Desenvolvimento, Economia, Política e Desenvolvimento,** 2009a.

RAMOS, É. **Refugiados ambientais: em busca de reconhecimento pelo direito internacional.** Tese (Doutorado em Direito). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2011.

SARAIVA, G. Soluções não-estruturais e requalificação ambiental de sistemas fluviais. In: **Simpósio sobre catástrofes naturais, sessão sobre cheias e inundações, Ordem dos Engenheiros.** Lisboa: LNEC, 1993.

SIMÃO, A. **Diversificação como alternativa para o desenvolvimento da agropecuária familiar sul mineira.** Dissertação (Mestrado em Administração). Lavras: Universidade Federal de Lavras, 2005

VALÁ, S. **Desenvolvimento rural em Moçambique um desafio ao nosso alcance.** Maputo: L. Ussivane, 2009.